

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Terceira Sessão Ordinária
24 - 28 de Junho de 2008
Sharm El-Sheikh – Egipto

EX.CL/433 (XIII)

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SEXTA SESSÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS
SOCIAIS DA UA

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS DA UA**

O Artigo 2 das Regras de Procedimento da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da OUA determina que o Presidente submeterá um relatório sobre as deliberações da Comissão ao Conselho Executivo para efeitos de debate, observação e posterior transmissão à Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos para uma eventual aprovação.

De acordo com este Artigo, o Presidente, em nome da Comissão, submete o presente relatório sobre as deliberações da Sexta Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais realizada em Adis Abeaba, Etiópia, de 21 – 25 de Abril de 2008.

Como de costume, a Sexta Sessão da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais foi organizada em duas Sessões, nomeadamente, uma Sessão dos Peritos e outra Ministerial. Entre outras coisas, as reuniões debateram ou consideraram: a situação de implementação das recomendações da Quinta Sessão Ordinária da CTAS; Análise do Estudo sobre a Economia Informal em África; Análise do Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Repensar da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais; Relatório Bi-anual sobre o seguimento da implementação do resultado da Cimeira extraordinária de Ouagadougou; Relatório sobre o seguimento da implementação dos instrumentos da política de migração; Relatório das actividades dos Estados Membros no Órgão de Direcção da OIT e Informes sobre a produtividade em África.

A Sexta Sessão produziu recomendações e resoluções sobre as questões debatidas pela Conferência, entre elas, encontra-se a questão sobre as candidaturas para o cargo da Vice-Presidência da 97^a Conferência Internacional do Trabalho na OIT . A sessão recomendou a candidatura da Argélia para aquele cargo.

As conclusões, recomendações e propostas da Sexta Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da UA são aqui submetidas ao Conselho Executivo para efeitos de consideração e posterior transmissão à Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

**SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS
SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA
21 – 23 de Abril de 2008**

ADIS ABEBA - ETIÓPIA

LSC/EXP/RPT(VI)

***Tema: “Melhoria da Economia Informal: Solução para o Alívio da
Pobreza”***

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

I. INTRODUÇÃO

1. A Reunião dos Ministros da 6ª Sessão da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais (CTAS) da UA teve lugar no Centro de Conferências da UA, em Adis Abeba, Etiópia, **no dia 24 de Abril de 2008**. A Reunião dos Ministros foi precedida pela Reunião dos Peritos que teve lugar **de 21 à 23 de Abril de 2008**, cujo relatório se encontra em anexo.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Delegados dos seguintes Estados Membros participaram na Reunião **Ministerial**: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burundi, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Democrática Saharaoui (RADS), Senegal, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. As seguintes CERs, Agências das Nações Unidas, Organizações Inter-governamentais e Organizações Não-Governamentais, parceiros de cooperação e amigos de África também se fizeram representar: IGAD, SADC, OIT, ACNUR, UNESCO, UNICEF, OMS, FNUAP, PNUD, PMA, UNEP, OIM, CICV, Estado da Palestina, Organização Árabe do Trabalho (OAT), ACARTSOD, OATUU, CPE, ARLAC, CSI-Africa, SATUCC, PANA e Comissão da UA.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

4. Na ausência do Presidente cessante, a cerimónia de abertura foi presidida por S.Excia. Dr Mohammed Yusuf Ahmed Mustafa, Ministro do Trabalho da República do Sudão, Primeiro Vice-Presidente da 5ª Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais. As seguintes personalidades interviram na cerimónia de abertura: Director Geral da OIT, Juan Somavia, a Comissária para os Assuntos Sociais, Adv. Bience Gawanas e S.Excia. o Presidente da República Federal da Etiópia, Girma Wolde Giorgis.

(i) Discurso de S.Excia. Dr. M. Y. Ahmad Mustafa, Ministro do Trabalho da República do Sudão, Primeiro Vice-Presidente da Primeira Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da UA (CTAS)

5. Ao tomar a palavra, S.E. o Ministro do Trabalho do Sudão desejou boas-vindas ao convidado de honra, S.E. Girma Wolde Giorgis, Presidente da República Federal Democrática da Etiópia, assim como a todos os Ministros, delegados e convidados. Ele agradeceu ao Governo etíope pela sua hospitalidade e pelo acolhimento caloroso e fraterno reservado aos participantes. Ele agradeceu também à Comissão da União Africana por ter tomado todas as disposições necessárias para a boa realização desta sessão e pelas actividades realizadas no quadro da implementação e seguimento das recomendações da 5ª Sessão.

6. O Ministro informou à reunião que o Bureau da 5ª Sessão tudo fez, com o apoio da Comissão, para traduzir em factos as recomendações adoptadas em 2007, em Adis Abeba. Ele acrescentou que é da responsabilidade de cada um redobrar esforços para assegurar a boa implementação das decisões e recomendações das questões inscritas na agenda da presente sessão.

7. Perante os desafios que são impostos à África, o Ministro sublinhou a necessidade de resolver os problemas da migração e da mão-de-obra, no interesse do Continente, encontrar soluções para a economia informal e aliviar a pobreza que paraliza as economias e abranda os esforços envidados para o desenvolvimento do Continente.

8. Em jeito de conclusão, ele afirmou que qualquer resolução de todos estes problemas não poderá ser realizada sem um diálogo franco a diversos níveis que inclua os parceiros sociais e os empregadores, e sem uma posição comum de todos os Estados Membros sobre as diferentes questões que existem antes de avançar para os fóruns internacionais para falar de uma única e mesma voz.

(ii) Alocução do Sr. Chibhe, Representante dos Trabalhadores

9. O Sr Chibhe, representante dos trabalhadores na sexta sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da UA, expressou a gratidão dos Trabalhadores pela hospitalidade estendida à todas as delegações. Ele também referiu-se ao fortalecimento do tripartidarismo como sendo importante para o diálogo social.

10. Ele estava preocupado com o número crescente de violações dos direitos dos trabalhadores por alguns governos, incluindo o seu próprio país, Zimbabwe. Ele apela que todos os países Africanos respeitem os direitos do trabalhadores.

11. Ele apelou ainda ao governo, empregadores e organizações de trabalhadores para que trabalhem juntos no combate a pobreza, VIH/SIDA e inequidade do género em África

(iii) Alocução do Sr. Azad Jeetun, Representante dos Empregadores

12. O Sr. Azad Jeetun, Secretário Geral da Confederação Pan-Africana dos Empregadores (CPE), expressou a gratidão do grupo dos Empregadores pela hospitalidade calorosa a eles estendida desde a sua chegada à Addis Ababa. Ele elogiou a União Africana pela excelente organização da Sexta Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da UA (CTAS). Ele recordou que a CTAS, a medida em que os anos passam, tornou-se num modelo de diálogo social, um Fórum para todos os Parceiros Sociais partilhar experiências e perícia. Ele notou que nesta era de Globalização, a África continua com a sua marcha em frente, apesar dos inúmeros constrangimentos e desafios internos e externos. Ele enfatizou que o facto de existir

dinamismo renovado e melhor gestão das economias e empresas Africanas representa um optimismo crescente em relação ao futuro do Continente. Para esse efeito, ele acrescentou que a África precisa de um sector privado forte e vibrante e uma parceria público-privada duradoira.

13. Ele notou que a reunião, uma vez mais, foi honrada pelo S.Excia. Juan Somavia, Director Geral da OIT. Ele acrescentou que a sua presença era testemunho do seu compromisso com o desenvolvimento de África e reconhecimento da importância que ele atribui à esta Comissão e a cooperação forte e crescente entre a União Africana e a OIT.

14. Ele recordou as relações cordiais que o grupo de Empregadores tem em relação à OIT e elogiou o compromisso e o trabalho árduo levado a cabo pela Comissão da UA, tendo concluído congratulando Advance Bience Gawanas, Comissária dos Assuntos Sociais, pelo seu sonho de cumprir com os inúmeros objectivos sociais da União Africana.

(iv) Alocução do Sr. Juan Somavia, Director Geral da OIT

15. Na sua alocução o Director Geral J. Somavia, começou por congratular a Comissária Bience Gawanas por ter sido reeleita como Comissária para os Assuntos Sociais. Ele também prestou tributo à Directora Regional da OIT para a África, Senhora Regina Amadi-Njoku, pelo seu compromisso ao trabalho e contribuição. O provérbio de que empoderar uma mulher é empoderar a sociedade e países foi demonstrado durante o seu mandato.

16. O Director Geral agradeceu aos delegados da reunião da CTAS pelo seu apoio permanente prestado à OIT e à ele próprio pessoalmente. Ele assegurou -aos delegados que levaria a sério o apoio à sua reeleição; “o vosso apoio é o meu compromisso”. Ele recordou o significado da solidariedade Africana durante os anos de ditadura no Chile.

17. O Sr. Somavia afirmou que a Cimeira de Ouagadougou em 2004 foi um grande catalisador da criação do ritmo de geração de emprego e da agenda do Trabalho Decente. A África tinha decidido dar enfoque ao emprego em 10 anos, de 2004 à 2014. Deu mandato à OIT para trabalhar na promoção de emprego no contexto da agenda do Emprego Decente. Continua a trabalhar para cumprir com este mandato.

18. O DG da OIT apresentou depois vários desafios principais com que a África se confrontará. O primeiro é de reforçar o tripartidarismo em África e o de reforçar a capacidade dos parceiros sociais na construção do tripartidarismo. O diálogo social é indispensável para a autonomia, mas requer confiança e tempo para ser construído.

19. A segunda preocupação foi o grande desafio relacionado com as Crises Alimentar e Financeira. Por exemplo, a crise alimentar crescente terá impacto na

agenda e programas da OIT. A “crise alimentar” foi uma consequência de um problema de produção. Foi pertinente que o tema anual da Conferência da OIT tivesse sido “Emprego Rural”. O crescimento da agricultura e da produtividade aumentaria o emprego. O sistema financeiro ensombrou o sistema global de produção. O capital foi desviado da produção para a especulação financeira. O perigo foi de que nós teríamos soluções para cobrir as lacunas destas crises. Descobrir-nos-íamos a caminhar para uma globalização desigual, quando ainda havia a necessidade de mudanças estruturais.

Alocução de Adv. Bience Gawanas, Comissária do Departamento dos Assuntos Sociais

20. Em nome do Presidente da União Africana, S. Excia. Alpha Omar Konaré, a Comissária para os Assuntos Sociais, Adv. Bience GAWANAS, desejou calorosas boas-vindas aos delegados da 6ª Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da UA. Ela expressou o seu reconhecimento ao Bureau cessante pelos avanços valiosos conseguidos em 2007-2008. Ela sublinhou a profunda importância das questões que merecem atenção urgente e análise cuidadosa de todos os intervenientes. O Tema da 6ª Sessão da CTAS “Melhoria do Sector Informal: Solução para o Alívio da Pobreza” reflecte o papel chave desempenhado pela Economia Informal nos Mercados Laborais Africanos e no Alívio da Pobreza no Continente. Os desafios ainda prevalecem na economia informal centrados em volta de questões críticas relacionadas com Políticas e Legislação Laboral, políticas e práticas de Segurança Social, Políticas e Práticas Financeiras e Políticas Educacionais e de Formação.

21. A Comissária levantou a segunda questão sobre o Repensar da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais apelando para uma solução. No concernente a terceira questão relacionada com o segundo relatório Bial sobre a Implementação da Declaração de Ouagadougou e o Plano de Acção, e Mecanismos de Seguimento, a Comissária sublinhou a importância da partilha das experiências de países para garantir mais avanços na geração de empregos produtivos e na promoção do trabalho decente. Ela sublinhou as acções levadas a cabo pelos Departamentos dos Assuntos Económicos, de Economia Rural e Agricultura e de Paz e Segurança, tendo depois reconhecido a contribuição feita pelos Parceiros Internacionais, entre os quais a OIT e a UE.

22. Ela recordou que a África perdeu um cargo importante de Presidente da Conferência Internacional do Trabalho em 2007 (ano findo) e expressou a sua confiança de que, estando bem consciente das consequências deste resultado, a sexta CTAS alcançará um acordo sobre as candidaturas para o Órgão de Direcção da OIT. Ao concluir, ela expressou sinceros agradecimentos da Comissão para todos os parceiros, tanto locais como internacionais, pela sua cooperação.

(v) Alocução do Convidado de Honra, S.Excia. Girma Wolde Giorgis, Presidente da república Federal e Democrática da Etiópia

23. O convidado de honra da 6ª Sessão da CTAS da UA, S.Excia Ato Girma Woldegiorgis, Presidente da República Federal e Democrática da Etiópia, desejou boas-vindas à todos os participantes da sessão. Ele sublinhou que a sessão é ímpar uma vez que se realiza no ano em que o Milénio Etíope está sendo celebrado como Milénio Africano.

24. Ele depois referiu que a CTAS é uma instituição de cooperação e parceria para o combate à pobreza e ao atraso em África. Ele expressou a sua apreciação em relação à selecção do tema da sessão, que é: *Melhoria da Economia Informal: Solução para o Alívio da Pobreza*. Demais a mais, ele indicou que a geração de emprego era o pilar do desenvolvimento sócio-económico em África. Ele apelou que fossem feitos esforços concertados na criação de um clima para a implementação das Declarações e do Plano de Acção da Cimeira de Ouagadougou. Ele também explicou os desafios ligados ao crescimento rápido da economia informal, não regulada, desprotegida e caracterizada por rendimentos baixos. Por este motivo, ele recomendou a necessidade de um quadro jurídico e político para proteger e melhorar o sector informal e as pessoas que dele dependem.

25. Finalmente, ele agradeceu à CUA por ter organizado a sessão e também expressou a sua satisfação pela qualidade dos relatórios produzidos pela Comissão da UA e desejou sucessos nas deliberações.

(vi) Resposta de S.Excia. Ministro do Trabalho do Quénia

26. No seu voto de agradecimento, o Ministro do Trabalho do Quénia expressou a sua gratidão à República Federal e Democrática da Etiópia pela hospitalidade estendida à todos os delegados desde a sua chegada. Ele elogiou o Presidente da CUA, bem como a Comissária para os Assuntos Sociais pelos subsídios dados na organização da reunião. Finalmente, ele solicitou a todos os intervenientes presentes na reunião que enveredassem pela implementação efectiva das decisões e recomendações adoptadas pela CTAS.

IV. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO, PONTO 2 DA AGENDA

a) ELEIÇÃO DA MESA

27. Depois das consultas com os Estados Membros e com as cinco Regiões da UA; e com base nas Regras de Procedimento da CTAS, a Mesa a seguir indicada foi eleita:

Presidente: Tanzânia - Representante do Governo (Oriental)

1º Vice-presidente: Tunísia-Representante do Governo (Norte)

2º Vice-presidente: Níger- Representante dos Empregadores (Occidental)

3º Vice-presidente: Zimbabwe - Representante dos Trabalhadores (Austral)

Relator: Chade - Representante do Governo (Central)

b) Adopção da Agenda

28. A agenda provisória foi adoptada conforme apresentada.”

c) Organização do Trabalho

29. A reunião adoptou o seguinte horário de trabalho:

Manhã:	10.00 hrs – 13.00 hrs
Tarde:	15.00 hrs – 21.30 hrs

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DOS DEBATES TÉCNICOS

Ponto da Agenda 3: Análise do Relatório e das Recomendações da Reunião dos Peritos – Doc Nº LSC/EXP/RPT (VI)

30. O Presidente da reunião dos Peritos apresentou o Relatório e as recomendações da reunião dos Peritos. Ele informou à reunião que 41 Estados membros da UA, um número de Agências Inter-Governamentais, Organizações Não Governamentais, Parceiros de Cooperação e amigos de África participaram na Reunião dos Peritos. Ele elogiou os Peritos pela forma profissional com que trataram das questões e produziram o Relatório.

Ponto 3 da Agenda do Relatório de Peritos: Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre as Actividades da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais – Doc. LSC/EXP/2 (VI)

31. Depois da deliberação, a reunião Ministerial recomendou o seguinte:

- i) Estados Membros devem apresentar os seus relatórios sobre a implementação das recomendações da 5ª Sessão em Maio de 2008 e o da 6ª Sessão sobre ACTAS em Novembro de 2008;
- ii) A Mesa da Sessão deve continuar a reunir-se duas vezes por ano

Ponto 4 da Agenda da Reunião dos Peritos: Análise do relatório do Grupo de Trabalho sobre Repensar da Comissão de

**Trabalho e Assuntos Sociais – Doc. Nº
LSC/EXP/3(VI)**

28. Esta questão importante e séria, que envolve muitos outros sectores, foi analisada minuciosamente e as seguintes recomendações foram feitas:

- i) A CTAS deve continuar a trabalhar dentro da estrutura tripartida e reunir-se todos os anos;
- ii) A Mesa deve-se reunir pelo menos duas vezes por ano;
- iii) As recomendações B, C, E e F não foram aceites;
- iv) A reflexão sobre o repensar dos métodos de trabalho da CTAS deve continuar.

Ponto 5 da Agenda da Reunião dos Peritos: Análise do Estudo sobre a Economia Informal em África – Doc. Nº LSC/EXP/4(VI)

29. No fim do debate, a reunião recomendou que o estudo precisava de ter estratégias e um Plano de Acção claros.

Ponto 6 da Agenda da Reunião dos Peritos: Relatório bi-anual sobre o Seguimento da Implementação da Cimeira extraordinária de Ouagadougou – Doc LSC/EXP/5(VI)

30. As seguintes recomendações foram feitas:

- i) O *formato* do relatório deve ser idêntico ao conteúdo das 11 áreas prioritárias alistadas na Declaração de Ouagadougou e no Plano de Acção;
- ii) É necessário consolidar os dois relatórios bi-anuais para a próxima Sessão da CTAS incluindo neles os dados provenientes dos Estados Membros, relacionados com a implementação da Declaração e do Plano de Acção de Ouagadougou;
- iii) Os Estados Membros que ainda não enviaram os seus relatórios à Comissão, deviam fazê-lo;
- iv) Os Estados Membros devem adoptar uma abordagem para a implementação da **Declaração e** Plano de Acção que não seja limitado às necessidades Básicas de desenvolvimento da agenda para gerar mais empregos decentes e garantir a segurança alimentar no Continente.

Ponto 7 da Agenda da Reunião dos Peritos: Relatório de Progresso sobre o Seguimento da Implementação dos Instrumentos de Migração – Doc LSC/EXP/6(VI)

31. No debate que se seguiu, os delegados expressaram a sua apreciação do progresso alcançado na implementação dos vários instrumentos de Migração. Eles acolheram o recrutamento do Coordenador do Programa de Migração para apoiar os Estados Membros e as CERs no seu trabalho de migração.

32. Foi feito um pedido para que o *Plano de Actividades do programa de Migração (2008-2009)* seja disseminado e que um forte enfoque seja dado ao tráfico de mulheres e crianças dentro de África. A Comissão da UA indicou que todos os comentários e sugestões seriam tomados em consideração.

Ponto 8 da Agenda da Reunião dos Peritos: Relatório das actividades dos membros do Grupo Africano no Órgão de Direcção da OIT- Doc. LSC/EXP/7(VI)

33. Nos debates que se seguiram, as delegações fizeram as seguintes observações e recomendações:

- a) Elogiaram a CUA pelo relatório;
- b) Sublinharam a importância da CTAS na facilitação da preparação das posições comuns Africanas em relação às reuniões da OIT. A este respeito, algumas delegações recordaram as experiências anteriores da CTAS em que os estados membros tinham que apresentar documentos sobre as suas posições na preparação da CIT;
- c) No concernente à candidatura do Director Geral da OIT para o terceiro mandato, a Nigéria apresentou, para consideração da reunião, uma moção de apoio à reeleição do Director Geral. A moção recordou os feitos do DG, Sr. Juan Somavia, desde Março de 1999, o seu compromisso com a definição dos valores e objectivos da OIT, bem como o seu apoio à Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre Emprego e Alívio da pobreza.
- d) Em relação à questão das candidaturas para o Órgão de Direcção (OD), o Presidente encorajou as sub-regiões a continuar a fazer consultas sobre as suas candidaturas. A este respeito, as seguintes regiões apresentaram as suas candidaturas:

Sub-Região da África Austral:

Moçambique	-	Presidência
África do Sul	-	Presidência
Zâmbia	-	Vice-presidente

Sub-Região da África Oriental:

Tanzânia	-	Presidência
Sudão	-	Vice-presidência
Quênia	-	Vice-presidência

Sub-Região da África Ocidental:

Nigéria	-	Presidência
Gana	-	Vice-presidência
Guiné		Vice-presidência
Benin		Vice-presidência

Sub-Região da África Central

Congo	-	Presidência
Burundi		Vice-presidência

Sub-Região da África do Norte:

Tunísia		Presidência
Egipto		Vice-presidência

34. As delegações também recomendaram que o ponto sobre o relatório de actividades dos Membros Africanos no OD da OIT sejam utilizados para preparar as posições comuns a serem apresentadas na CIT. Foi ainda recomendado que os membros do OD sejam atribuídos a tarefa de preparar os documentos sobre a posição e as recomendações sobre os pontos da agenda da CIT a serem apresentados à CTAS para consideração.

- a) Notando que a agenda da CIT é preparada com dois anos de antecipação, os Membros Africanos do OD devem identificar os estados membros que prepararão os documentos de posição sobre os temas da OIT agendados para o ano seguinte. Os estados que forem atribuídos esta responsabilidade devem ser informados pela Comissão da UA. Para além disso, o Coordenador deve ser responsável por supervisionar o seguimento das tarefas atribuídas assegurando, com a assistência da CUA, a distribuição dos documentos de posição à CTAS para efeitos de consideração;

- b) O porta-voz do grupo Africano nos comités da CIT deve ser identificado/seleccionado na reunião da CTAS a anteceder a CIT;
- c) O método de trabalho do Grupo Africano na CIT deve garantir máxima unidade e subsídios dos Estados Membros Africanos. A este respeito, o porta-voz do grupo Africano em cada comité da CIT deve presidir um grupo de trabalho diário constituído por membros Africanos do comité para debater e desenvolver posições comuns Africanas, definir estratégias de feitura de corredores / Lobbying e, se necessário, identificar questões que requeiram subsídios de um grupo Africano ainda maior;
- d) A CTAS deve debater as propostas para as futuras agendas da CIT para que a África possa adoptar uma abordagem estratégica a longo prazo em relação à OIT;
- e) Deve-se considerar a possibilidade de se realizar uma reunião tripartida do Grupo Africano num período anterior à realização da CIT para facilitar o desenvolvimento de posições comuns com os parceiros sociais;
- f) A reunião apoiou a candidatura da Argélia para o cargo de Vice-presidente da 97ª Sessão da CIT;
- g) A reunião apoiou a candidatura do Sr. Juan Somavia para o cargo de Director Geral da OIT no seu terceiro mandato. A moção foi adoptada unanimemente;
- h) A reunião apoiou a proposta de ceder o assento rotativo à África Ocidental no período 2008-2011 e depois seguir-se-iam as rotações regionais;
- i) A reunião congratulou e elogiou o Coordenador (Quénia) pelo trabalho feito durante os últimos três anos.

Ponto 9 da Agenda da reunião dos Peritos: Análise da Nota de Informação sobre Produtividade em África Doc.LSC/EXP/8/(VI)

35. As seguintes recomendações foram feitas:

- i) a reflexão deve continuar em relação à esta questão;
- ii) há necessidade de implementar as estratégias contidas na Nota em colaboração com os parceiros sociais, Estados Membros, CERs, APAP / PAPA e parceiros internacionais, tais como a OIT;

- iii) a Comissão devia ajudar no estabelecimento e / ou fortalecimento de estruturas nacionais e regionais envolvidas na promoção da produtividade;
- iv) a comissão deve apoiar APAP sensibilizando os Estados Membros a se filiarem na organização.

Ponto 10 da Agenda da Reunião dos Peritos: Relatórios das Comunidades Económicas Regionais (CERs)

Relatório de Emprego e Trabalho da SADC

36. A reunião tomou nota do Relatório e instou as outras CERs a fazer o mesmo.

Ponto 11 da Agenda da Reunião dos Peritos: Informe sobre as actividades das Agências Especializadas da UA e das Organizações Inter-Africanas:

(a) Organização das Uniões Sindicalistas Africanas (OUSA / OATUU) – Doc N° LSC/EXP/9ª (VI)

37. A Reunião tomou nota do Relatório.

(a) Confederação Pan-Africana dos Empregadores – Doc.LSC/EXP9b (VI)

38. A Reunião tomou nota do Relatório.

(c) Relatório da Confederação Internacional dos Sindicatos – África (CIS/ ITUC – África) – Doc. LSC/EXP/9(c)

39. A Reunião tomou nota do Relatório.

g) Centro Africano de Pesquisa Aplicada e de Formação em Desenvolvimento Social (COFRADES / ACARTSOD): Doc. N° LSC/EXP/8g (VI)

40. A Reunião dos Ministros tomou nota do Relatório.

Ponto 14 da Agenda da Reunião dos Peritos: DIVERSOS

a) Projecto de Resoluções

i) Resolução sobre os Trabalhadores Palestinos:

41. Os Ministros adoptaram unanimemente a Resolução sobre a crise alimentar.

II) Declaração sobre a crise alimentar

42. Os Ministros adoptaram unanimemente a Resolução sobre as crises alimentares.

**Ponto 5 da Agenda: DATA E LOCAL DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE TRABALHO E DOS ASSUNTOS
SOCIAIS DA UA**

43. Não tendo havido nenhum país interessado a acolher a 7ª Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais, a Comissária para os Assuntos Sociais da UA informou à reunião que a sessão seguinte da CTAS terá lugar na União Africana, em Adis Abeba, Etiópia. A proposta foi aceite unanimemente.

**Ponto 6 da Agenda: ADOPÇÃO DAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
DA REUNIÃO MINISTERIAL**

44. A Reunião Ministerial adoptou o Relatório dos Peritos como emendado.

Ponto 7 da Agenda: CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

45. No seu discurso de encerramento, o Presidente agradeceu à todos os delegados pelas importantes deliberações, que contribuíram para o sucesso da reunião. Ele agradeceu igualmente aos Intérpretes, ao Secretariado, bem como à equipa técnica. Ele pediu desculpas aos delegados por qualquer inconveniência que pudesse ter ocorrido e declarou a Reunião encerrada.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS
SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA
21 – 25 de Abril de 2008**

ADIS ABEBA - ETIÓPIA

LSC/EXP/Res. (VI)

**RESOLUÇÃO SOBRE OS
TRABALHADORES PALESTINOS**

RESOLUÇÃO SOBRE OS
TRABALHADORES PALESTINOS

A Sexta Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da União Africana, de 21 a 25 de Abril de 2008, em Adis Abeba, Etiópia

1. **TOMA NOTA** do Relatório sobre a situação dos trabalhadores Palestinos, submetida pela OLP em nome da Autoridade Nacional Palestina;
2. **RECORDA** todas as suas Resoluções anteriores relativamente a esta matéria;
3. **RECORDA IGUALMENTE** a Resolução Nº AU/LSC/RES.(V), parágrafo 3, da reunião da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais que exorta a Direcção da OIT a estabelecer uma Comissão Especial para dar seguimento e preparar um relatório sobre a situação dos trabalhadores palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados;
4. **MOSTRA-SE PROFUNDAMENTE PREOCUPADA** com as agressões perpetradas pelas Autoridades Israelitas de ocupação, contra o povo Palestino, especificamente os trabalhadores palestinos, devido a política contínua, deliberada de destruição de infra-estruturas, de instituições económicas e de prestação de serviços, expropriação das terras irrigadas palestinas, que é adoptada pela Autoridade Israelita de Ocupação e igualmente devido ao bloqueio contínuo aos Territórios Palestinos Ocupados, aumentando diariamente o número de postos militares de controle entre as cidades e territórios palestinos, bem como a continuação de medidas unilaterais que contradizem com o Processo de Paz e o Plano de Mapeamento, tal como a expansão dos assentamentos e a persistente construção do Muro de Separação no Território Palestino Ocupado, que tem causado grandes prejuízos na produção, mão-de-obra e receitas, enormes perdas na agricultura e economia palestina e as restrições impostas nas actividades económicas de qualquer natureza;
5. **DÁ SEGUIMENTO**, com grande preocupação, às práticas e políticas humilhantes das Autoridades de Ocupação Israelita contra os trabalhadores palestinos, agricultores e empregados durante o acesso, nos postos militares de controle e nos cruzamentos dentro do Território Palestino Ocupado, que violam os seus direitos humanos fundamentais e caracterizadas pela prática de prática de punições colectivas e continuando a isola-las dos seus locais de trabalho; e **EXORTA** Israel a parar com todos os

actos que humilhem a dignidade dos trabalhadores, e afecta a sua subsistência e direitos humanos no Território Palestino Ocupado e em Israel;

6. **CONDENA** as políticas de ocupação israelita por imporem um cerco rigoroso sobre o povo Palestino, bem como restrições severas sobre o movimento de pessoas, bens e serviços, especificamente o cerco e a punição colectiva imposta na Faixa de Gaza, que agrava a deterioração das condições de vida dos trabalhadores palestinos e aumentou os níveis de desemprego e pobreza no seio da Sociedade Palestina no Território Palestino Ocupado;
7. **CONDENA AINDA** o expansionismo da ocupação Israelita que contradiz com o processo de paz e o Plano de Mapeamento, através da confiscação de terras palestinas, estabelecendo assentamentos ilegais, e dando continuidade a construção do Muro de Segregação do Apartheid, devido ao seu impacto negativo sobre os trabalhadores e agricultores palestinos, e sobre o seu direito ao trabalho; e ao aumento do seu impacto psicológico, material, e legal e em todos os tipos de sociedade palestina, impedindo os trabalhadores e agricultores palestinos o acesso ao seu local de trabalho e terras, o que constitui uma violação flagrante da sua dignidade e dos seus direitos legítimos estabelecidos pelas leis internacionais e pela Quarta Convenção de Genebra de 1949; e **URGE** as Autoridades de Ocupação Israelita a pararem com todas as suas actividades que contradizem com o Processamento de Paz, Plano de Mapeamento, Resoluções do Quarteto e a Reunião de Anápolis, particularmente o assento ilegal nos territórios palestinos expropriados e erradica-los e parar com a construção do Muro de Segregação de Apartheid e reduzir os seus impactos negativos no emprego dos palestinos;
8. **APELA** a Comunidade Internacional a obrigar Israel a cumprir com as suas obrigações face a resoluções internacionais legítimas relativamente aos trabalhadores e empregadores parando com todas as agressões ultrajantes ocupacionistas contra trabalhadores palestinos e a pagar as devidas e compensações a estes, pelas perdas e danos sociais e económicos causados por estas violações e devido a contínua ocupação Israelita aos Territórios Palestinos Ocupados;
9. **INSTA** os países que participam na Conferência dos Doadores em Paris, sobre o povo Palestino para providenciar o apoio material prometido com vista a sustentar a economia Palestina emergente, e **APELA** a comunidade internacional para continuar a prestar apoio humanitário e assistência financeira ao povo Palestino de forma a evitar a deterioração da situação humanitária, económica e de Emprego na Palestina;

10. **APELA AINDA** a Organização Internacional do Trabalho e outras Instituições e Organizações Internacionais e Regionais relevantes, bem como a União Africana a dar seguimento a todas as decisões e recomendações da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais sobre a situação dos Trabalhadores Palestinos nos Territórios Ocupados, particularmente aqueles que visam a protecção dos direitos e as humanidades: e sobre o exercício de todas as pressões políticas e económicas efectivas, sobre a Autoridade de Ocupação Israelita para remover os seus assentamentos dos territórios Palestinos Ocupados e a respeitar os direitos dos trabalhadores e civis Palestinos;
11. **EXORTA** aos Estados Membros, outros parceiros e a Instituições e Organizações Internacionais e Regionais relevantes a implementarem todas as decisões e recomendações relevantes emanadas pela Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax :
551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS
SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA
21 - 25 DE ABRIL DE 2008
ADIS ABEBA - ETIÓPIA**

LSC/EXP/DECL (VI)

DECLARAÇÃO SOBRE A CRISE ALIMENTAR

DECLARAÇÃO SOBRE A CRISE ALIMENTAR

A Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana, reunida na sua 6ª Sessão Ordinária em Adis Abeba, Etiópia, de 21 a 25 de Abril de 2008,

Notando com profunda preocupação a crise alimentar que afecta principalmente as famílias com baixo rendimento, os trabalhadores, os pobres e os desempregados que não podem suportar o agravamento dos preços dos alimentos;

Considerando as consequências negativas do aumento contínuo do preço dos alimentos em termos de malnutrição, fome, miséria, aumento dos níveis de pobreza e aumento das inequidades do rendimento e a instabilidade social e política;

Tendo em mente o fraco desempenho da agricultura africana;

1. **RECOMENDA** os Estados Membros a adoptar imediatamente medidas para reverter o aumento do preço dos alimentos e desenvolver e implementar a agricultura e estratégias sobre alimentação, políticas e programas ao nível continental para mitigar o impacto da crise alimentar e atingir a auto-suficiência alimentar. Estas medidas devem incluir: investimento substancial na agricultura, fornecimento de tecnologias básicas, execução de projectos de irrigação de capital intensivo e subsidiando os camponeses pobres, especialmente através do fornecimento de fertilizantes.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax :
551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS
SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA
21 - 25 DE ABRIL DE 2008
ADIS ABEBA - ETIÓPIA**

LSC/EXP/MOTION (VI)

**PROJECTO DE MOÇÃO DE APOIO AO SR. JUAN SOMAVIA
DIRECTOR GERAL DA OIT**

PROJECTO DE MOÇÃO DE APOIO AO SR. JUAN SOMAVIA
DIRECTOR-GERAL DA OIT

Apresentada por:

- a) Camarões;
- b) Egipto;
- c) Nigéria;
- d) Confederação Pan-africana dos Empregadores (CPE);
- e) CSI-África;
- f) Organização da Unidade Sindical Africana (OUSA)

A Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana, reunida na sua 6ª Sessão Ordinária em Adis Abeba, Etiópia, de 21 a 25 de Abril de 2008,

Reconhecendo o trabalho importante realizado pelo Sr. Juan Somavia, desde Março de 1999, na promoção do trabalho decente, como um objectivo global e uma resposta específica para os problemas e as necessidades de África, designadamente os princípios e os direitos fundamentais ao trabalho, a eliminação das piores formas do trabalho infantil, o desenvolvimento do empreendedorismo, o emprego dos jovens, o empoderamento das mulheres, a formação progressiva de empresas e a protecção dos trabalhadores do sector informal o VIH/SIDA e o mercado de trabalho, o tripartidarismo e o diálogo social;

Tendo em conta o seu envolvimento firme na defesa dos valores e dos objectivos da Organização;

Tomando nota em particular, do seu envolvimento em prol da realização da Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana sobre o Emprego e a Pobreza no Continente (Ouagadougou, 8 – 9 de Setembro de 2004) e do seu empenho no acompanhamento das conclusões dessa Cimeira, através da sua decisão de alinhar as políticas e os programas da OIT com os resultados e as recomendações da reunião de Ouagadougou;

1. **FELICITA** o Director-geral pelos progressos realizados pela OIT durante os últimos nove anos;
2. **ENCORAJA-O** a continuar a dar o seu apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente em África (2007-2015), adoptada pela 11ª Reunião Regional Africana da OIT (Adis Abeba, Abril de 2007), incluindo os Programas de Trabalho Decente por País (PPTD);

EXPRIME o seu apoio à candidatura do Sr. Juan Somavia para um novo mandato como Director-geral da OIT, para o período 2009-2014, e **solicita** aos membros tripartidos africanos do Conselho de Administração para assegurar a implementação efectiva desta decisão durante a 303ª Sessão do Conselho de Administração da OIT, agendada para Novembro de 2008.

2008

Relatório da Comissão Sobre a Sexta Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho E Assuntos Sociais da Ua

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3841>

Downloaded from African Union Common Repository